

03.DEZ.2020



ATA Nº 21

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2020

----- Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu, no Sala D'Ouro do Pavilhão Multiusos de Gondomar e, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- 2º Secretário: Maria Amélia Moreira dos Santos Resende. -----

----- Por lapso, na minuta da ata ficou referido, como 1ª Secretária Maria Amélia Moreira dos Santos Resende e como 2ª Secretária Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: Tiago Nelson Couto Barbosa, em substituição de Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Aníbal Jaime Gomes Lira, João Pedro de Andrade Silva, Carmina Maria dos Santos Lopes, Cecília Bibiana Martins da Silva, David Manuel da Rocha Santos, Diogo Alexandre Lages Augusto, Cristina Ribeiro Coelho, em substituição de Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Alcício Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Graciano Sebastião Cardoso Martinho, Maria Amélia Moreira dos Santos Ribeiro, em substituição de Joana Daniela Baldaia de Resende, Nuno Filipe

03. DEZ 2020

Santos, em substituição de Joana Patrícia Fonseca Cardoso, João Pedro Serra Soares Forte, Manuel de Sousa Ramos Meireles, em substituição de José Manuel Cardoso Alves Pereira, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Nuno João Moreira da Silva, em substituição de Luís Filipe Ramos Fernandes, Manuel António Leite dos Santos, Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos Santos, Manuel Fernando Martins Marques, Joaquim Fernandes Figueiredo, em substituição de Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha, Maria Leonor Almeida Alves Ferreira, Maria Olinda Soares de Moura, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maria Teresa Rocha de Sousa Santos, Maribel Santos Fernandes, Mário da Rocha Gonçalves, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rosa da Glória Cardoso Gomes, Sara Cristina Oliveira dos Santos, Telmo Afonso da Mota Viana, Valentina Sanchez Silva, Vitor Cândido Coelho Guerra.-----

----- Por inerência estiveram presentes os Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores: Francisco Alves Laranjeira (Baguim do Monte), Rui da Mota Correia (Lomba), Nuno Filipe Brito da Fonseca (Rio Tinto), Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira, (Fânzeres e S. Pedro da Cova), Isidro Ferreira de Sousa (Foz do Sousa e Covelo), Felisberto Almeida, em substituição de António José Ribeiro Bráz (Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e Manuel José Santos Paiva (Melres e Medas). -----

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2020 (5.ª FEIRA), PELAS 21H00M, NO PAVILHÃO MULTIUSOS DE GONDOMAR

1. Eleição de novos membros da Comissão Executiva Metropolitana – Votação na Assembleia Municipal (Só votam os membros eleitos diretamente para a Assembleia Municipal)
2. **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**
3. **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**
 - 3.1 Discussão e votação da ata da sessão anterior (29-09-2020).
 - 3.2 Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:
 - a) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Taxa para 2020, a ser liquidada em 2021;
 - b) Taxa de participação do IRS para os rendimentos de 2021;
 - c) Lançamento de derrama para o ano de 2021;
 - d) Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Valor para 2021;
 - e) Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2021;
 - f) Empréstimo de curto prazo – Consulta a instituições financeiras;
 - g) Projeto de Regulamento dos Mercados do Município de Gondomar;
 - h) Projeto do Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Edifício Sede do Gondomar Goldpark;
 - i) Transferência de competências para as autarquias locais nas áreas da Saúde e Ação Social – Não aceitação no ano de 2021;
 - j) Transferência de competências do Município para os Órgãos das Freguesias;
 - k) Procedimento concursal para o cargo de Dirigente Intermédio de 2º e 4º Graus;
 - l) Pacto de autarcas para o clima e energia – Adesão.
4. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do artigo 25º, conjugado com o nº do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (setembro, outubro e novembro de 2020).

03. DEZ 2020

5. PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,



(Aníbal Jaime Gomes Lira)

----- Na ausência do 1º Secretário da mesa da Assembleia, foi eleita a Deputada Maria Amélia Moreira Santos Ribeiro, que passou a integrar a referida mesa. -----

----- Procedeu-se de imediato à votação para a eleição referida no ponto 1 da Ordem de trabalhos. -----

----- **1. Eleição de novos membros da Comissão Executiva Metropolitana – Votação na Assembleia Municipal (Só votam os membros eleitos diretamente para a Assembleia Municipal).** -----

----- Efetuada a chamada dos 33 membros eleitos diretamente, estiveram presentes 28 Deputados, a seguir identificados: -----

----- Tiago Nelson Couto Barbosa, em substituição de Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Aníbal Jaime Gomes Lira, João Pedro de Andrade Silva, Carmina Maria dos Santos Lopes, David Manuel da Rocha Santos, Diogo Alexandre Lages Augusto, Cristina Ribeiro Coelho, em substituição de Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Alício Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Graciano Sebastião Cardoso Martinho, Maria Amélia Moreira dos Santos Ribeiro, em substituição de Joana Daniela Baldaia de Resende, João Pedro Serra Soares Forte, Manuel de Sousa Ramos Meireles, em substituição de José Manuel Cardoso Alves Pereira, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Nuno João Moreira da Silva, em substituição de Luís Filipe Ramos Fernandes, Manuel António Leite dos Santos, Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos Santos, Manuel Fernando Martins Marques, Joaquim Fernandes Figueiredo, em substituição de Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha, Maria Leonor Almeida Alves Ferreira, Maria Olinda Soares de Moura, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maria Teresa Rocha de Sousa

Santos, Maribel Santos Fernandes, Mário da Rocha Gonçalves, Sara Cristina Oliveira dos Santos, Valentina Sanchez Silva, Vitor Cândido Coelho Guerra. -----

----- Verificou-se a ausência dos(as) seguintes deputados: -----

----- Cecília Bibiana Martins da Silva, Nuno Filipe Santos, em substituição de Joana Patrícia Fonseca Cardoso, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rosa da Glória Cardoso Gomes, Telmo Afonso da Mota Viana. -----

----- VOTAÇÃO: -----

----- Cláudia Rodrigues Araújo: 20 votos a favor; 1 voto contra e 7 votos brancos. -----

----- Carlota Ferreira Brás César Teixeira: 21 votos a favor; 1 voto contra e 6 votos brancos.

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- ANÍBAL LIRA (Presidente Assembleia Municipal): A primeira referência tem a haver com o momento em que vivemos particularmente difícil e que nos obriga a um esforço suplementar e também a cumprir as regras emanadas pela Direção Geral de Saúde. Portanto, embora pudéssemos porventura alargar a Assembleia, para darmos um bom exemplo e darmos o exemplo de que estamos ao mesmo nível que os nossos municípios vamos tentar acabar ou, melhor dizendo, suspender esta Assembleia entre as 22:30 e as 23:00, caso a Ordem de Trabalhos ainda não esteja cumprida. Portanto, o que eu peço aos Senhores Deputados e conforme pedido na reunião de líderes é para não exagerarmos na palavra, dado que, nomeadamente a Mesa também conferiu aos seus Deputados uma coisa que não é um privilégio, é um direito, mas que outros Municípios e Assembleias não o fizeram. Muitas fizeram Assembleias por videoconferência e, reparem, que há um grande debate na videoconferência, vocês todos têm possibilidade de falar, ou então, marcaram Assembleias para as seis horas da tarde. Entendeu-se que vocês trabalham e, portanto, têm os vossos horários e tentamos, tanto quanto possível, arranjar uma forma de participarem totalmente nisto e se, porventura, chegarmos à hora prevista e não estiver concluído, suspendemos, amanhã continuaremos de acordo com a lei a Assembleia novamente às 21:00. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA: Uma coisa muito simples, se a Assembleia Municipal for amanhã, penso que há um Deputado ou outro que não poderá estar presente e como é uma continuidade e o mesmo Deputado deveria estar cá, devíamos ter alguma condescendência

03. DEZ 2020

para ser substituído no nosso Grupo ou noutro qualquer. A Assembleia realizava-se hoje, é porque os Deputados estão cá, amanhã alguns Deputados não poderão estar, mas se houver algum Deputado do nosso Grupo ou outro que não possa vir, queríamos que se substituísse.

----- ANÍBAL LIRA (Presidente da Assembleia): É evidente que vamos ter que ver no plano legal, mas eu peço à Câmara para ver a possibilidade no caso da Assembleia ser suspensa e alguém faltar de ser substituído. Alguém se opõe a que isso se possa concretizar, se por ventura for legal?-----

----- OLINDA MOURA (CDU): Nós não nos opomos, apenas temos algumas dúvidas acerca da suspensão da Assembleia.-----

----- ANÍBAL LIRA (Presidente da Assembleia): Sim, mas isso aí não há dúvidas. Isso foi um apelo que eu disse, quando chegar a altura discute-se.-----

----- JOAQUIM FIGUEIREDO (VALENTIM): Eu venho aqui demonstrar o lamento que tenho pelos acontecimentos da última Assembleia, o Senhor Presidente não esteve bem ao permitir que alguém viesse pôr opinião diversa, sem estar inscrito para o fazer e, mais grave, permitir que no púlpito alguém o tenho usado para insultar outro Deputado. Acho que isto é lamentável, Senhor Presidente, peço que reflita porque a democracia é bonita.-----

----- SARA SANTOS (BE): Leu e entregou uma moção “Pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das Transmissões da Assembleia Municipal” e um voto de saudação sobre o “Dia Internacional pela eliminação da violência doméstica contra as mulheres”, que adiante seguem.-----

03. DEZ 2020



Assembleia Municipal de Gondomar

MOÇÃO

Pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia Municipal

Considerando que:

- i. a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada por Portugal, prevê no Artigo 29º, relativo à participação na vida política e pública que:
“Os Estados partes garantem às pessoas com deficiência os direitos políticos e a oportunidade de os gozarem, em condições de igualdade com as demais pessoas, e comprometem-se a:
 - a) *Assegurar que as pessoas com deficiências podem efetiva e plenamente participar na vida política e pública, em condições de igualdade com os demais, de forma direta ou através de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e oportunidade para as pessoas com deficiência votarem e serem eleitas;*
 - i) *Garantindo que os procedimentos de eleição, instalações e materiais são apropriados, acessíveis e fáceis de compreender e utilizar”.*
- ii. a situação vivida pelo país e no Mundo devido à pandemia do COVID 19 e todo o esforço imposto a todas e todos os Portugueses no sentido de não saírem de casa e terem precauções de higiene, de não se aglomerarem em espaços fechados e diminuírem o contato físico ao máximo;
- iii. a 15 de novembro se assinalou o Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa, que visa chamar a atenção para o direito das pessoas surdas terem acesso a todas as informações/comunicações através de um sistema representação constituído por palavras e por regras oficial e legalmente reconhecido;
- iv. enquanto órgão deliberativo, a Assembleia Municipal é fundamental na aprovação das decisões tomadas pelo executivo municipal/;
- v. as reuniões Assembleia Municipal continuam a ser feitas em regime misto (on-line e presencial) e são transmitidas em direto por vídeo através da internet;
- vi. as próximas reuniões da Assembleia servem para a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano 2021, documentos de extrema importância para o funcionamento da autarquia;



03. DEZ 2020

- vii. o princípio democrático de transparência nas decisões dos órgãos públicos e da participação de todas e todos os cidadãos/cidadãos nas decisões tomadas pelos mesmos.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida a 3 de dezembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. garantir a existência de tradutores de Língua Gestual Portuguesa e/ou legendas, que podem ser geradas por programas de forma automática, nas transmissões das suas reuniões plenárias, assegurando-se assim o direito à participação na vida política e pública às pessoas com deficiências.
2. saudar o dia 15 de novembro, Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa, e todas as pessoas surdas, bem como pugnar pela implementação de medidas que permitam cumprir o direito a autonomia e autodeterminação da comunidade surda;

Os eleitos do Bloco de Esquerda,

03. DEZ 2020



VOTO DE SAUDAÇÃO
*DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES*

A 25 de novembro o mundo assinala a luta pela eliminação da violência contra as mulheres.

É uma luta que registou mundialmente muitos avanços, mas que persiste inacabada. Ainda vivemos numa sociedade culturalmente marcada pelo sexismo em que a brutalidade da dominação masculina se traduz em diversas formas de discriminação e violência que carregam uma indiscutível marca de género.

A pandemia que atravessamos trouxe dificuldades acrescidas à prevenção e ao combate a estas violências, em especial à violência nas relações de intimidade e aos femicídios. O confinamento reforçou o isolamento de muitas mulheres e aprofundou a sua vulnerabilidade às estratégias de dominação dos agressores tornando mais difícil e arriscado pedir ajuda.

Em Portugal, de acordo com os dados preliminares do Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR, em 2020, já foram assassinadas 30 mulheres, 16 em contexto de relações de intimidade e registaram-se 43 tentativas de femicídios. Há agora mais 21 crianças órfãs vítimas da violência contra as mulheres.

Na Europa, uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física e/ou sexual. 80 % das vítimas de tráfico a nível da União Europeia são mulheres. Nos países em vias de desenvolvimento, uma em cada três raparigas casa antes de atingir 18 anos de idade.

São violências abjetas, que rasgam a sociedade e cujas feridas são ainda mais profundas quando se fala de mulheres negras, ciganas, migrantes,

03.DEZ.2020



trans, lésbicas, com deficiência e tantas outras multiplamente excluídas e discriminadas na sociedade.

Eliminar a violência contra as mulheres e as raparigas é condição para a igualdade de género e tem de ser um esforço coletivo e internacional. No passado dia 25 de novembro, em Lisboa, concentraram-se centenas de mulheres para reclamar o fim da violência contra as mulheres que já tirou a vida a 30 mulheres só este ano e pedir políticas públicas de combate às desigualdades profundas e por uma justiça livre de discriminação.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida a 3 de dezembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. *Saudar as iniciativas do dia internacional pelo fim da violência contra as mulheres e o trabalho de todos e todas aquelas que fazem da luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres condição fundamental para o respeito pelos Direitos Humanos e para uma sociedade livre, democrática e igualitária.*

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

----- JOÃO PEDRO SILVA (BE): Não posso deixar de referir que hoje, quando aqui cheguei, e tudo isto começa por uma questão de consciencialização, relacionada não só com a proteção do vírus, mas também às pessoas com deficiência.-----

----- Existem cerca de 6 lugares para pessoas portadoras de mobilidade reduzida. No meu caso, eu sou uma pessoa portadora de mobilidade reduzida, uma pessoa com deficiência, 69% de incapacidade, não sei se há mais nesta sala, mas se existissem e, caso precisassem de usar todos os lugares que ali estão, alguns foram utilizados por pessoas que não são portadoras de mobilidade reduzida e, como tal, não têm o dístico que lhes permite lá estacionar.-----

----- Isto é uma questão de consciência, hoje foi aqui, amanhã será num outro sítio onde as pessoas pensam que não vem ninguém, mas vem sempre um deficiente, que pode precisar do lugar e não o fez, porque a pessoa que estacionou lá não teve consciência e é a partir de todos nós que isto tem de começar a mudar. -----

----- Leu e entregou uma moção sobre a “Proteção contra Intempéries” e uma moção “Pelos direitos das pessoas com deficiência”, que adiante segue. -----

MOÇÃO

Pelos direitos das pessoas com deficiência

Comemora-se hoje em todo o mundo o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Criado pelas Nações Unidas nos anos 90 para dar mais força à defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar das pessoas com deficiência, esta causa teve um grande impulso com a aprovação há 14 anos pela Assembleia Geral da ONU da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Numa nota alusiva à data de 3 de Dezembro, António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, reafirmou o compromisso das Nações Unidas na construção dum futuro inclusivo e transformador no qual mulheres, homens, meninas e meninos com deficiência, possam concretizar o seu potencial.

No nosso país, as associações de apoio às pessoas com deficiência têm desempenhado um papel decisivo na publicação de legislação sobre esta temática. Mas há ainda muito a fazer no combate às limitações de acesso a edifícios e espaços públicos e aos obstáculos físicos, sociais e culturais que ainda impedem a plena realização das pessoas com deficiência.

A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em sessão ordinária em 3 de Dezembro de 2020, delibera:

- **Saudar o 3 de Dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência**
- **Reclamar do Executivo municipal a criação dum Gabinete para a Inclusão e a execução de trabalhos, como o rebaixamento das passadeiras e outras medidas de desenho urbano que melhorem significativamente a acessibilidade das pessoas com deficiência**



Moção- Proteção contra intempéries

Os tempos mudaram, os casos de Covid-19 aumentaram e com eles as medidas de distanciamento social e de proteção individual. Desde o início da pandemia que se vêm filas enormes à porta dos mais variados estabelecimentos, desde supermercados a lojas do cidadão, aos centros de saúde.

Foi anunciada a segunda vaga da pandemia, que desta vez o vírus viria com mais força, com mais mortes, com mais internamentos, com uma curva mais acentuada e crescente no número de casos, de resto, uma estreia neste 2020. O que já é costume se acentuar nesta altura do ano, são as chuvas e o mau tempo que todos os anos enfrentamos com alguma leveza. Neste 2020 vamos ser obrigados a ter “jogo de cintura”, temos de enfrentar o velho e novo em simultâneo, vamos ter de aguardar nas filas intermináveis da loja do cidadão para podermos entrar, enquanto seguramos os guarda-chuvas que teimam em não ficar no sítio. É esta a realidade que se vive nos serviços da Câmara Municipal de Gondomar, na grande maioria destes não existe uma infraestrutura adequada que proteja os cidadãos enquanto esperam no exterior do serviço. Esta situação é alargada seja a centros de Saúde, lojas do cidadão, gabinetes da CM, etc.

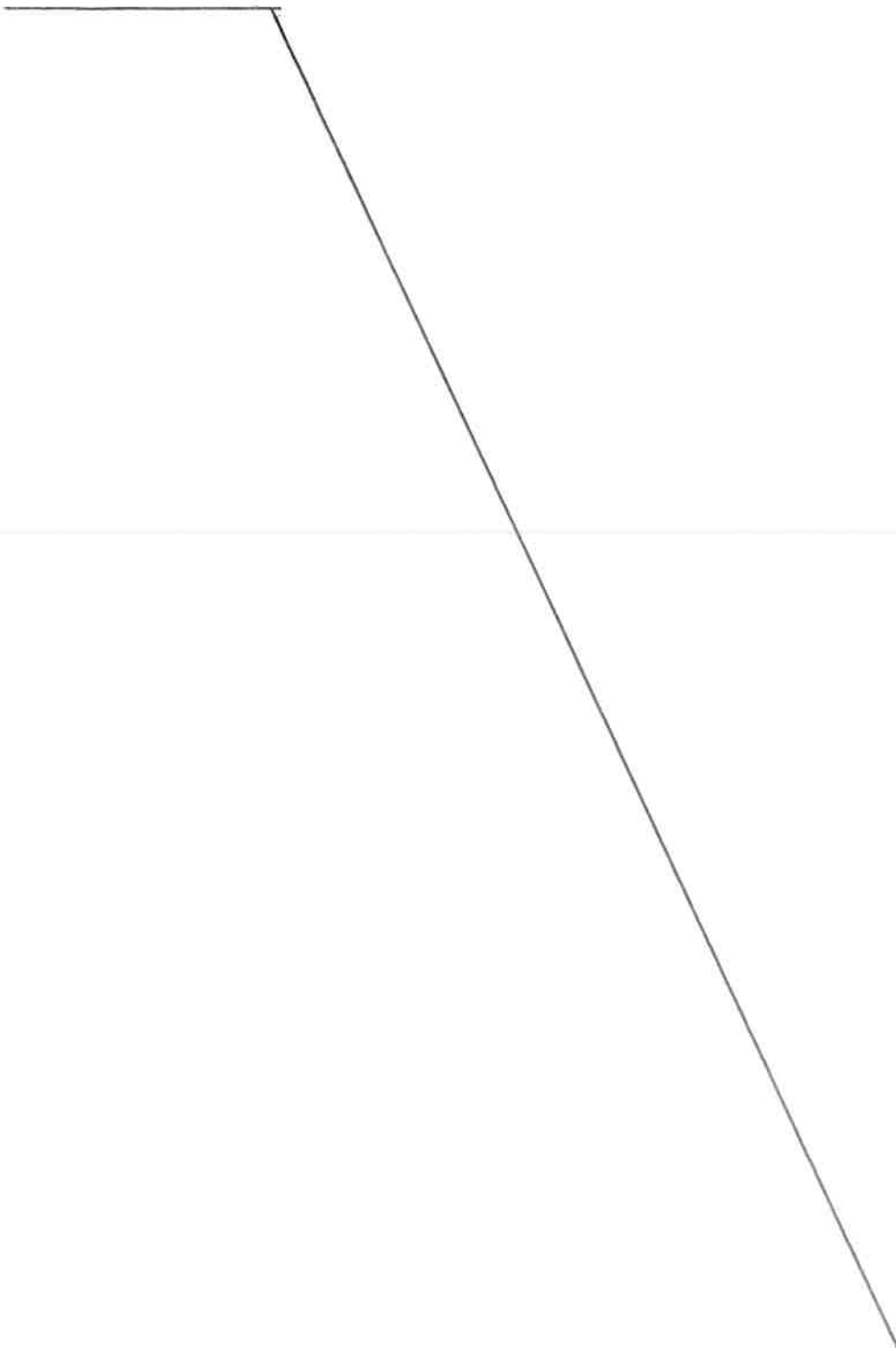
Propomos assim que:

- O executivo coloque as proteções necessárias, mesmo que não permanentes (sazonais), nos seus serviços de atendimento que estão à disposição da população, de forma a que todos possamos estar seguros do vírus, mas também protegidos do mau tempo e de potenciais doenças que possam advir do facto de se estar exposto a estas condições atmosféricas.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

03.DEZ.2020

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU): Leu e entregou uma Declaração Política “Sobre a atividade municipal”, que adiante segue.-----





DECLARAÇÃO POLÍTICA

Sobre a atividade Municipal

O surto epidémico e as suas consequências têm marcado a vida nacional e local, multiplicando-se as dificuldades na vida de milhares de famílias, trabalhadores, micro pequenas e médias empresas, associações e colectividades.

Dificuldades que não estão a ter a resposta necessária, quer do estado, nas medidas de mitigação do surto, que se impunham com o necessário reforço do SNS, contratação de trabalhadores para os hospitais, escolas e múltiplos outros serviços públicos, quer da administração local, como a CMG que, entre uma miríade de intervenções, declarações e acções casuísticas, não tem contribuído efectivamente para a compatibilização da resposta sanitária à necessidade de retomar a vida em todas as suas dimensões e actividade económica.

- ⊗ Em Gondomar, neste momento de especial gravidade, a intervenção da CMG tem evidenciado contradições cada vez mais evidentes. O discurso de intervenção e alerta, contrasta com a inação do Executivo PS em múltiplos aspectos da vida municipal. A vida no município não se pode resumir ao surto epidémico, há múltiplas questões, actividades e dinâmicas que são essenciais às populações e diversos setores e camadas da população gondomarense. A CMG não pode estar à espera que a epidemia passe para reagir!

Salvo raras exceções, o que é feito da programação cultural do município? O que existe a nível de desporto? Além de apoios monetários, o que está a ser feito para ajudar as associações a retomarem a actividade e a programarem a vida associativa? O que está a ser feito para que os serviços não se limitem aos mínimos e que as populações não encontrem cada vez mais limitações na interação com o município? Entre muitas outras perguntas que poderíamos aqui colocar...

- ⊗ Em Gondomar a regra da Câmara parece ser não fazer e proibir! Lógica que estamos convictos ser necessário inverter.

É necessário promover a vida! Há vários exemplos de atividades políticas e socioculturais em muitos municípios deste país, alguns vizinhos de Gondomar, onde, de forma cuidada e com todas as regras necessárias, se tem mostrado que há vida para além da pandemia e que as populações podem, com segurança, usufruir de realizações necessárias ao seu bem estar, bem como para o desenvolvimento da economia local que tanto precisa de incentivos.

São conhecidas realizações culturais no Porto, com atividades para crianças nas bibliotecas, teatro e espetáculos de ballet, a Feira do Livro, Festivais de dança, concertos no palácio de Cristal, no Hard Club, na Casa da Música; ou no concelho da Maia que não deixou de realizar o seu Maiafest;



ou Vila Nova de Gaia que continuou a apresentar várias atividades ligadas ao teatro, à música e à dança entre outros.

Em Gondomar, que tem enormes carências no desenvolvimento económico, social e cultural, o que propõe a Câmara às Associações e Coletividades, às bandas musicais, aos artistas, aos pequenos e médios comerciantes? Pede às populações para se limitarem à vida trabalho/casa/trabalho, acentuando a tónica na responsabilização individual – como expressam os cartazes que dizem “combater a pandemia depende de si” fazendo incidir sobre cada um de nós o ónus da culpa e o medo.

Em Gondomar, só não se deixou de fazer anúncios para esconder o que na verdade não se faz ou se faz mal: Anuncia-se a importância do comércio local e num só ano permite-se a construção de três grandes superfícies, em Valbom, Rio Tinto e S. Cosme, que vão abafar o comércio local. Anuncia-se desde as últimas eleições legislativas o Parque Urbano de S. Cosme e todos sabemos que não será construído neste mandato; anuncia-se há anos a linha do metro por Valbom que todos já não acreditamos realizar-se tão cedo, e, sobretudo, não foi discutida com a população, sendo que a verdade só a Câmara conhece.

- ⊗ A mesma Câmara que publicamente diz uma coisa, mas, que como já aqui denunciámos, cortou suplementos aos seus trabalhadores, faz e desfaz horários, tenta impor dias de férias aos seus trabalhadores, num momento de especial fragilidade dos mesmos e das suas famílias...

Com responsabilidade, seguindo todas as regras e procedimentos necessários, é urgente vivermos a nossa vida e as nossas atividades. É fundamental que a Câmara Municipal dê sinais de que a vida não parou. É imperioso atuar em muitas áreas necessárias à superação das dificuldades sentidas atualmente, como é o caso da falta de transportes que continua a afetar a vida dos gondomarenses e a prejudicar a mitigação da pandemia pela falta de condições de distanciamento.

- ⊗ Em suma, a autarquia municipal tem de desenvolver o seu Plano de Atividades. Tem de mostrar que a vida continua. Tem de dar esperança aos seus munícipes. Tem de olhar para as áreas de intervenção que são da sua responsabilidade e dar uma resposta cabal, em vez de se escudar numa pandemia que não deve ganhar a batalha que todos temos de travar no nosso quotidiano. A Câmara tem de dar o exemplo. Tem de reinventar-se, se for necessário, e não permitir que a vida pare, agarrando-se a desculpas sem sentido. O dever das autarquias, nomeadamente da Câmara de Gondomar, é cuidar da vida dos gondomarenses em todas as dimensões da condição humana.

Assembleia Municipal de Gondomar, em 3 de dezembro de 2020

P O Grupo Municipal da CDU


----- NUNO SANTOS (CDU): Esta reunião, apesar da rapidez com que quer que se realize é extremamente importante, porque discute-se hoje o orçamento municipal e uma das obras que vêm edificadas e mencionadas no orçamento é o canil municipal, é uma obra extremamente importante para o nosso Concelho, uma obra que já vem bastante atrasada naquilo que é o contexto, a área e a necessidade do nosso Concelho, naquilo que é o bem-estar e a proteção animal.-----

----- Já veio mencionado na notícia de maio algumas das ideias da Câmara para o canil municipal, algumas delas mencionam uma possível privatização ou cedência do espaço a privados e também vem mencionado que ainda está em fase de estudo algumas das necessidades que tem o canil. -----

----- O canil tem de ser uma obra pública, tem de ser um espaço para todos os Gondomarenses, tem de ser um espaço de interesse dos Gondomarenses, um espaço de acesso a todos os Gondomarenses, e principalmente um espaço de bem-estar para os animais do nosso Concelho. A nossa Câmara tem sido interpelada pela CDU várias vezes em relação a questões pertinentes, tanto relativamente à cedência do terreno como acerca da questão da privatização, a questão da cedência do espaço a possíveis instituições. Não vale a pena referir a questão do Orçamento Participativo de 2017 que nunca foi concretizado.-----

----- A ideia é que o espaço do nosso canil seja, de facto, um espaço para o Concelho, que seja um espaço para os Gondomarenses e um espaço trabalhado com as Associações de Proteção Animal, com a Veterinária Municipal, com os Cuidadores Municipais e não um

espaço, mais uma vez, em que se receia que seja sem a ética e com os interesses que, infelizmente, vemos muitas obras do nosso Concelho a acontecer.-----

----- O que desejo, de facto, é que esta obra que é tão precisa, não seja uma réplica do Canil do Porto, que é basicamente uma prisão para animais, que seja um espaço exemplar de proteção, de cuidado e de ética para o bem-estar animal, mas que, ao mesmo tempo, seja um edifício edificado, que seja acompanhado por uma mudança de mentalidade, tanto das autoridades municipais como nos nossos cidadãos. -----

----- MÁRIO GONÇALVES (VALENTIM): Eu queria lembrar, mais uma vez, nesta Assembleia e é pela terceira vez que vou falar nisto, o que me custa um bocado. Temos um semáforo na D. Miguel, perto do campo de Ramalde, que está lá a castigar os condutores e a fabricar CO2, os condutores têm de parar, arrancar e gastar CO2, não está lá a fazer nada. -----

----- Queria lembrar também e é uma coisa que fiquei triste, porque ouvi um camarada, que por acaso até é do partido que eu mais gosto, que chamou o nosso Presidente, o Presidente das Lombinhas e algumas razões, da igreja de Jovim ao cruzamento da Vessada, temos cerca de 500, 600 metros e temos lá três, agora a vergonha da Avenida da Conduta, tantos técnicos temos na Câmara, um executivo e tiveram de arranjar lá as lombas duas vezes. Agora uma pergunta: aquilo está a fazer o quê? Iluminar uma faixa de rodagem para fazer um passeio para ciclistas andarem a pé, árvores, e pôr os velhinhos com as crianças nas faixas de rodagem. Pago a técnicos da Câmara para quê? São os tais, os famosos, como os doutores, doutor não é nome, é uma alcunha. Aqueles a quem nós pagamos para estudar e

intitulam-se doutores, nós pagámos-vos os estudos e demora mais tempo a fazer um pedreiro, do que a fazer um licenciado. -----

----- Queria lembrar também de uma zona habitacional em São Pedro da Cova onde tem as piscinas, sobe-se, na estrada que vai para Valongo, tem ali uma zona habitacional, que tem duas faixas de rodagem. Quem entra na zona habitacional, vem para as faixas de rodagem, pode virar logo à direita, não tem lá sinal nenhum e tem duas faixas. Já chamei à atenção do Senhor Presidente de Junta. -----

----- Queria lembrar também em São Pedro da Cova, na Rua das Bocas, quem vai da Estrada D. Miguel até à Covilhã, uma das mais antigas, ou se calhar a rua mais antiga de São Pedro da Cova, já vem do tempo em que São Pedro da Cova era Concelho. Aquilo parece uma rua de 3º Mundo, o pavimento todo “lixado” por lá abaixo, zonas que não tem prédios em que se podia alargar a rua, era uma questão de falar com os proprietários. É preciso o Senhor Executivo olhar para aquilo que pode, alguma coisa também digo, há ruas em que Executivos anteriores nunca souberam onde era e este Executivo já arranjou alguns pavimentos, onde ninguém entrava, como já aqui um dia falei. -----

----- Queria lembrar também, um camarada que falou aqui muito bem, vamos ter um canil, acho muito bem, mas é preciso que a Câmara Municipal e todo o país, e desculpe se tiver aqui algum, não quero ofendê-lo, mas eu não sou do PAN. É preciso que a Câmara Municipal e estas Câmaras por aí abaixo diga a quem anda com o cão a passear na rua que leve saco plástico e que leve um pulverizador às costas para desinfetar os pavimentos e os

meus portões, moro numa rua em Fânzeres e o portão está sempre sujo. É preciso primeiro termos outra higiene e deixem os cãesinhos soltos que eles querem é ser livres. -----

----- MANUEL MARQUES (PSD): Eu vinha aqui dar o testemunho de uma Conferência que foi recebida e apoiada pela Câmara Municipal de Gondomar e que decorreu sexta-feira passada no Auditório Municipal. A Conferência era organizada pelo Jornal de Notícias e tinha por tema a mobilidade no Grande Porto, penso que era um tema extremamente importante para todos nós Deputados podermos estar presentes, infelizmente estiveram poucos, o que é compreensível, porque foi durante a hora laboral e, como tal, as pessoas tinham o seu trabalho e não podiam estar presentes no Auditório. -----

----- Acho que foi extremamente importante, teve uma quantidade de oradores importantes, só gostaria de deixar um aparte pelo facto, que não é imputável à Câmara Municipal, mas ao Jornal de Notícias de ter estado o Diretor-Geral da UBER e não ter estado ninguém relacionado à fileira do Táxi, portanto acho que foi uma falha, não da Câmara Municipal, mas, acho eu, do Jornal de Notícias. -----

----- Deu para aprender bastante sobre o que é a mobilidade, extremamente importante, e a conclusão no final da Conferência, a que eu cheguei, foi que, efetivamente, o que se está a fazer em Gondomar contraria todas as boas práticas de mobilidade que se passam a nível de Portugal e a nível da Europa e eu gostaria de dar alguns exemplos. Foi falado por um dos oradores que um dos pontos importantes que se está a passar na Europa toda e eu, pessoalmente, tenho conhecimento disso, que se está a dar as ruas aos cidadãos, ou seja, as ruas serem novamente livres para os cidadãos puderem passear pelo meio da rua e não

03. DEZ 2020



Asssembleia Municipal

terem que andar escondidos nos passeios, as crianças possam brincar, sair do apartamento e vir para a rua brincar, com toda a segurança, inclusive uma das oradoras que trabalhou no projeto de Mobilidade de Pontevedra, aqui pertinho, em Espanha, salientou que o Senhor Presidente de Câmara de Pontevedra disse que o sonho dele era estar no seu gabinete na Câmara Municipal e sentir os miúdos a jogar à bola fora da Câmara e que, efetivamente, conseguiu atingir esse objetivo.-----

----- Em Gondomar não temos nenhuma rua, até hoje, posta à disposição dos cidadãos nem das crianças, em primeiro lugar. Segundo lugar, o que está a acontecer ultimamente é, em zonas como acontece aqui na Rua 25 de Abril, aqui em São Cosme e do outro lado onde temos as escolas, em vez de se libertar o espaço das escolas, para que os miúdos quando saiam possam ter espaço para andar cá fora, coloca-se ali uma superfície comercial, com acesso para as escolas e a da Rua 25 de Abril. A Rua 25 de Abril e a rua das escolas está completamente saturada de trânsito atualmente, imaginem o que vai ser quando esta superfície abrir com os camiões a virem trazer produtos à superfície comercial, sem horários de cargas e descargas, como acontece atualmente que, quem passar na Rua 25 de Abril encontra ali muitas vezes autocarros parados, porque estão camiões a descarregar ou no Talho do Povo ou na frutaria, etc. É um abandono total das regras que, nós cidadãos, devíamos defender.-----

----- Outra situação dessas passa-se em Rio Tinto, na Avenida que vai dar à Igreja de Rio Tinto, como se não houvesse já superfícies comerciais naquela zona, instala-se mais uma na zona de maior tráfego de Rio Tinto, numa zona extremamente habitacional, com andares,

apartamentos, etc. O que é que a Câmara faz? Coloca um jardim ao fundo, lá distante, onde os pais não vão deixar os filhos ir por ali até aquele parque. Aquela rua deveria ser uma rua para os cidadãos também poderem passear, ter uma esplanada, para os miúdos brincarem, até porque mais acima tem um bocadinho de jardim.-----

----- Portanto, concluí que outra situação também importante que foi lá referida é que, hoje em dia, as instituições, como as Câmaras Municipais e os próprios Governos não dispõem de dinheiro para investir em materiais extremamente caros, pois em Gondomar, não sei o que se passa, a fileira do granito instalou-se em Gondomar e nós vemos a situação como está a acontecer na Avenida da Conduta e não só, em que se investe fortunas em pedras não sei para quê. A Avenida da Conduta tinha condições para as pessoas poderem andar a pé e está-se a investir uma fortuna em cima. -----

----- Mais falando em termos de mobilidade, em Rio Tinto, faz-se lá o jardim e não se acautela que até subterraneamente tenha havido um parque para as pessoas que não moram à beira da estação de metro possam deixar os seus carros. Estão a deixar os carros na parte de cima, sendo que, quando for construída ali uma zona habitacional com muitas moradias e apartamentos, não vai haver lugar para estacionar carros para ir para a Estação. Espero que o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores que estiveram presentes lá, que tenham colhido alguma informação relativamente ao que são as boas práticas de mobilidade e que as possam aplicar daqui para a frente e, já agora, na situação do metro aqui de Gondomar, onde se vai fazer um jardim, não se esqueça que havendo metro aqui, as pessoas que vêm de Aguiar, Atães, Jovim, Foz de Sousa, etc, vão ter que deixar os seus carros. -----

----- JOÃO PEDRO FORTE (PS): Eu queria dar umas breves palavras relativamente ao contexto em que se vive, mas vou orientar esta intervenção mais um pouco, foi uma decisão aqui um bocadinho à última da hora, mas que, no fundo, também se enquadra naquilo que eu queria cá trazer hoje. -----

----- Hoje ouvi aqui críticas à atuação do governo e da Câmara relativamente à pandemia; pediu-se mais programação cultural; mais dinamização da vida associativa; o Parque Urbano de São Cosme não aconteceu neste mandato; a linha por Valbom também não aconteceu, ouvi aqui diversas críticas. Eu acho que deve ser dito também que há aqui algum contraditório, na minha opinião de membro da Assembleia Municipal, deve-se fazer aqui alguma reposição daquilo que eu entendo que de facto está a acontecer e que é a realidade.

----- Eu recordo que, logo no início desta pandemia, estamos a falar em março, ninguém sabia no mundo qual era a atuação que se devia ter, criticou-se aqui o Governo, e eu não sou mandatado pelo Governo para o defender, mas recordo que no início Portugal foi muito elogiado pela Imprensa Internacional da forma como nós controlamos o evoluir de uma doença que atingiu de forma brutal todo o Mundo. Tivemos um número de infetados e de vítimas bastante controlado e estamos a falar isso não é por não termos milhões de pessoas, é porque por milhão de habitantes esses números estão acessíveis a toda a gente e pode-se comprovar isso. -----

----- Relativamente aqui à Câmara, eu não vi nenhuma atuação da Câmara que fosse diferente à atuação do Governo, no sentido em que, foi prudente, aguardou por orientações, foi ganhando conhecimento e aquilo que se tinha de arma foi tentar, de certa

03. DEZ 2020

forma, conter as deslocações, o movimento das pessoas que não fosse estritamente necessário. Tendo em conta que não existia, nem existe, mas existirá brevemente uma vacina, um medicamento ou uma forma de combater, pareceu-me que foi uma atividade muito prudente e muito sensata. -----

----- Relativamente à dinamização da vida associativa, sinceramente, eu sou o dirigente associativo e não notei que este Executivo fosse desmazelado ou despreocupado para com as associações. Este é um momento especial e, obviamente, que se espera que haja algum apoio relativamente às instituições e coletividades que, de facto, estão a passar por dificuldades, mas não dá para fazer muito mais, no meu entender, e eu até recordo, ou melhor, eu convido as pessoas a espreitarem uma rubrica que será aqui hoje submetida a aprovação que é a rubrica no Orçamento que apoia as IPSS, do Orçamento para 2021 que foi uma rubrica, em particular, que foi reforçada para mais do dobro. Ora bem, isto é uma resposta possível para acontecer já dentro de alguns dias, para janeiro, é uma resposta já muito concreta, convido as pessoas a verem esta rubrica. -----

----- Relativamente a outra crítica que eu também ouvi aqui, o Parque Urbano de São Cosme não aconteceu, mas acho que toda a gente já percebeu que está em vias de acontecer, está a decorrer trabalhos neste sentido e também recordo que é uma imagem de marca deste mandato do Executivo e, por acaso, do anterior, a realização de parques urbanos. Eles já existem, estão à vista, podem-lhe chamar jardins, eu, por acaso, usufruo desse espaço e, para mim, é um jardim espetacular, é grande, é convidativo e serve para eu andar com os meus filhos, dá para andar de bicicleta, é muito interessante. -----

----- Relativamente a outra questão que também se falou aqui, a linha para Valbom, o Senhor Deputado Manuel Marques falou muito bem e retirou-me um bocado à intervenção que eu ia dar, que eu ia aproveitar para falar, houve de facto a Conferência de Mobilidade e, não sei se é possível recuperá-la, mas eu sugiro que oiçam a intervenção do nosso Presidente de Câmara relativamente à mobilidade, como é que ele vê o que deve ser mobilidade em Gondomar e no distrito do Porto, porque nós Gondomarenses não vivemos só em Gondomar, fazemos a nossa vida profissional, pessoal e de lazer para além do Concelho de Gondomar e, portanto, eu aconselho, se for possível, de recuperar a intervenção do Senhor Presidente da Câmara relativamente à visão que ele tem e aquilo que gostava de ver acontecer e que eu acho que acredito que ele queira dinamizar e que aconteça. -----

----- Falou-se ainda aqui também que se deve privilegiar um urbanismo que permita as crianças brincarem, vou-me repetir, peço desculpa, porque hoje não é o momento para perdermos muito tempo, os Parques Urbanos como a Avenida da Conduta em Fânzeres já permite que se caminhe com segurança, que se ande de bicicleta; o Parque Urbano de Rio Tinto; o que vai acontecer aqui, no centro de Gondomar são exemplos de quem privilegia os espaços e os momentos para as crianças, para os mais velhos, para estar, para lazer, para se exercitar, para descontraír. Falta trabalho? Há muita coisa que fazer? Há, sem dúvida alguma e, por isso, é que eu acredito que para 2021, 2022, 2023 seja possível continuar o trabalho que eu pessoalmente nos últimos sete anos tenho visto.-----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: Deixem-me dizer Senhores Deputados que estamos atentos e muito ativos, naquilo que é o apoio às coletividades da cultura, do desporto, da área social, da área recreativa. Estamos atentos à problemática animal e, acima de tudo, estamos atentos àquilo que é o desafio da mobilidade e, ainda bem, que o Senhor Deputado Manuel Marques concorda aqui com muitas coisas que foram ditas, se calhar nunca ia ser a realidade de Gondomar, porque em Gondomar este Executivo é acusado de alargar passeios e este Executivo é acusado de reduzir faixas de rodagem para colocar vias pedonais, este Executivo é acusado de fechar ruas e, portanto, espero bem quando fecharmos mais ruas ao trânsito para colocar peões, ter o seu apoio e que esta Conferência, quanto mais não seja, tenha servido para mostrar que, ao contrário da sua visão, que eu respeito, mas que é conturbada, se prove que Gondomar está num bom caminho.-----

----- VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS À MESA: -----

----- VOTO DE SAUDAÇÃO, pelo “Dia Internacional pela eliminação da violência doméstica contra as mulheres”, apresentado pelo Grupo Municipal do BE: Aprovado por Unanimidade.

----- MOÇÃO, sobre “Proteção contra intempéries”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: Aprovado por maioria, com 28 votos a favor (21 PS + 4 VALENTIM + 2 BE + 1 CDS-PP), 6 votos contra (6 CDU) e 6 abstenções (2 VALENTIM + 4 PS). -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU): Em relação a esta moção a CDU quer dizer que acredita na boa fé com que ela foi apresentada a esta Assembleia, no entanto, o efeito desta moção é exatamente contrário àquilo que a CDU tem vindo a defender. Para todos os efeitos, a moção que é aqui apresentada legitima aquilo que nós devemos contrariar e devemos combater, legitima as filas, legitima a falta de funcionários e todos os problemas que os Serviços Públicos de Saúde, Bancários, da Autarquia, etc, não querem resolver, ou seja, a moção aquilo que diz é: temos de estar em filas, temos estas contingências todas, portanto, façam um favor, deem um chapéu aos pobrezinhos na rua para eles não apanharem chuva. Eu peço desculpa usar estes termos, porque eu acredito que não foi com esta intenção que o Bloco apresentou esta moção, mas, na verdade, o que aqui está escrito é o que nos diz. Portanto, a CDU votou contra exatamente por isso, porque legitima aquilo que nós devemos combater, nós devemos combater as filas, devemos pugnar para que os serviços se reorganizem, que ponham mais funcionários a trabalhar; que atendam as pessoas com toda a dignidade com que devem ser atendidas e que não façam aquilo que nós estamos a ver fazer. Com chuva, sem chuva, com intempéries, sem intempéries, aquilo que

deve ser feito não é aquilo que esta moção nos veio aqui apresentar, por isso é que a CDU votou contra. -----

----- MOÇÃO, “Pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das Transmissões da Assembleia Municipal”, apresentada pelo Grupo Municipal BE: Aprovado por maioria, com 27 votos a favor (18 PS + 3 VALENTIM + 2 BE + 4 PSD), 2 votos contra (2 VALENTIM) e 11 abstenções (1 VALENTIM + 6 CDU + 1 CDS-PP + 3 PS). -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU): Em relação a esta Moção a CDU quase que pode dizer que foi obrigada a abster-se, porque pensava que podia discuti-la e tinha aqui uma proposta de alteração, que até acreditamos que os proponentes do Bloco de Esquerda pudessem aceitar, mas que não foi possível discuti-la, portanto o voto foi de abstenção. Só para referir, há três aspetos aqui nesta moção que, de alguma maneira, são um pouco contraditórios. O regime que nós temos de gravação destas Assembleias, neste momento, é um regime temporário, já várias vezes discutimos isto. Acho que isto devia ser muito bem discutido em Conferência de Líderes, não seria propriamente para aqui, depois poderíamos ver o que isso poderia dar e, portanto, este primeiro ponto na parte deliberativa seria aquele que nós íamos propor que fosse retirada até que se decida, em Conferência de Líderes, como é que estas Assembleias têm de passar a funcionar para serem devidamente publicitadas em direto, das formas que nós entendemos. Enquanto isso não acontecer, há aqui uma série de pressupostos que são contraditórios, não são rigorosos em algumas situações e, só por isso, é que a CDU se absteve. -----

03. DEZ 2020

----- JOÃO PEDRO FORTE (PS): Eu gostava de dizer aqui o porquê da minha abstenção. Obviamente que eu acho que as pessoas que tiverem dificuldades auditivas devem ter o direito a poder participar nestas Assembleias e devem ter o direito a poderem estar ao corrente no momento do que é que se está a falar e do que se discute. O que eu acredito é que isso deve ser feito com ponderação, no sentido em que não faz sentido, em casos como por exemplo o de hoje, que eu saiba, a não ser que alguém o declare obviamente, que tem dificuldades auditivas que o impedem de acompanhar esta Assembleia. Não havendo ninguém, não se justifica ter aqui alguém a fazer esse tipo de trabalho que é louvável e muito importante que aconteça quando houver necessidade. Agora, por sistema, haver a participação desse técnico aqui acho que não faz sentido, só por causa disso.-----

----- MOÇÃO, "Pelos direitos das pessoas com deficiência", apresentada pelo Grupo Municipal BE: Aprovada por unanimidade.-----

----- **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **3.1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (29-09-2020).**-----

----- VOTAÇÃO DA ATA DE **29-09-2020**: Aprovada por unanimidade.-----

----- Nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Deputados(as) Senhores(as): Tiago Nelson Couto Barbosa, Cecília Bibiana Martins da Silva, Maria Amélia Moreira Santos Ribeiro, Manuel de Sousa Ramos Meireles, Nuno João Moreira da Silva, Felisberto Almeida (em substituição de António José Ribeiro Braz, Presidente da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim), Manuel José Santos Paiva (Presidente da União de Freguesias de Melres e Medas), por não terem estado presentes na sessão. -----

----- **3.2. Propostas da Câmara Municipal sobre:**-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou os documentos das alíneas a) a f). -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: Tentando de uma forma sintética falar dos pontos a) a f), até porque julgo que será a última intervenção desta noite, pelo adiantar da hora, mas ficam já os Senhores Deputados esclarecidos para estudar a matéria de casa para a continuação da Assembleia.-----

----- Nós apresentamos um Orçamento que, de facto, é bastante grande em valor, é grande em valor, porque está inflacionado, nomeadamente por aquilo que é o Quadro Comunitário 2020, não porque a Câmara não queira ter gasto o dinheiro este ano de 2020 ou o ano 2019 ou o ano 2018, mas porque a burocracia que está cada vez mais vertida na

Contratação Pública impede de realizar obras. Senhores Deputados, eu queria aqui recordar-vos que até há três meses atrás, altura em que o Governo definiu orientações nesse sentido, qualquer projeto acima de 660 mil euros tinha de ter uma coisa chamada revisão de projeto, ou seja, a Câmara, através dos seus serviços técnicos ou um gabinete externo, elaboravam um projeto de execução, depois a Câmara tinha de contratar um gabinete, abrindo um concurso para isso, para fazer a revisão do projeto e, só isso, demorava sete, oito, nove, doze meses e depois temos de lançar o concurso; e depois no concurso há reclamações, há erros e omissões; e depois há uma adjudicação; e depois há impugnações administrativas, há ações judiciais, há um elevado número de coisas que têm de atrasar em Gondomar e em todo o lado o País no que é, de facto, o início das obras. E depois de tudo isso, ainda há a assinatura do contrato e ainda há o visto do Tribunal de Contas, portanto Senhores Deputados, infelizmente, isto é a lição que eu tenho para todos os Deputados de todos os Partidos, incluindo do meu para a Assembleia da República mudarem as Regras de Contratação Pública. Nós, hoje, para fazermos uma obra demoramos quatro ou cinco anos a começar a sua execução no terreno, por muita boa vontade que haja, e por muita dedicação e empenho que haja, e por muito dinheiro que haja e, portanto, Senhores Deputados, há muitas verbas que vêm de 2020 e que só em 2021 se prevê serem gastas. -----

----- De resto, também, há uma outra preocupação e que nos leva aqui a pedir uma autorização à Assembleia para o empréstimo de curto prazo, porque, infelizmente, as receitas têm vindo a oscilar muito com esta questão do Covid, como sabem também. Não sabemos o que é que vem aí nas próximas semanas, nos próximos meses e, portanto,

também como sabem, o IMI, desde há 2 anos para cá, só é pago em maio e não em abril, portanto, quer dizer que o dinheiro chega à Câmara em junho e não em maio, portanto, podíamos ter alguma dificuldade de tesouraria e daí pedirmos a aprovação de um empréstimo, que pode até não vir a ser usado de 5 milhões de euros, é uma questão de mera tesouraria com vista a ser liquidado no próprio exercício de 2021, conforme se propõe.

----- Relativamente ao IMI mantemos aquilo que é a tendência dos últimos anos de diferenciar o alto Concelho da zona urbana, com uma taxa mais reduzida no território de Foz de Sousa, Covelo, Melres, Medas e Lomba, com 5% mais baixo e também, o unifamiliar, com menos 20, 40, 50 euros, consoante a família tenha um, dois ou três ou mais filhos, por cada agregado. -----

----- Para além disso, na Derrama, e conforme a Câmara aprovou, propomos uma isenção total da Derrama para empresas com volume de negócios até 150 mil euros, ao contrário do que acontecia até aqui, em que se tinha uma taxa de 0,75 e uma redução de 25%, de 1,50 para 1,25, para as empresas com volume de negócios superior a 150 mil euros. É, de facto, mais uma quebra na receita que não conseguimos estimar diretamente, mas que deverá ultrapassar os 900 mil euros só nesta questão da Derrama, para além daquilo que é a isenção de taxas que vamos continuar em 2021 para apoiar o comércio local. -----

----- Quanto ao Orçamento e às GOP e, depois de ouvir os Senhores Presidentes de Junta e tentar, tanto quanto possível, incorporar todas as suas sugestões, é, de facto, um Orçamento que dá continuidade aos tais jardins que aqui criticam, que é uma rede de Parques Urbanos e que tem feito a diferença em Gondomar. É um Orçamento que dá

continuidade à aposta naquilo que são a renovação de infraestruturas escolares e projetos educativos. É um Orçamento que dá continuidade ao apoio à cultura e, acima de tudo também, um grande apoio ao ambiente e às defesas ambientais e, para além disso, há também uma outra área que é muito importante para o próximo ano, que é o reforço dos apoios sociais e nós passamos de 450 mil para 1 milhão de euros, a verba destinada para o Programa Social + que engloba mais habitação, mais alimentação e mais saúde. -----

----- E queria aqui recordar que houve centenas de famílias de Gondomar que não ficaram sem a sua casa, não tiveram de devolver ao Banco, porque tiveram, pontualmente, durante meio ano, ou durante vários, num período crítico da sua vida, o apoio financeiro para o pagamento quer da renda, quer da amortização do empréstimo bancário onde, aliás, fomos inovadores ao nível nacional. -----

----- Portanto, são estas, Senhores Deputados, as grandes linhas do Orçamento, são estas as opções fiscais, claro que todos virão e criticarão: eu fazia mais isto, eu fazia mais aquilo e cortava nas receitas, e como? Porque, Senhores Deputados, nós já tentamos esticá-la, mas não adianta, cobre de um lado, destapa do outro e como as leis da física e matemática não mudaram é o que temos, mas, Senhores Deputados, estamos conscientes de que continuaremos a fazer o melhor por Gondomar, a agradar aos Gondomarenses e, acima de tudo, a potenciar e posicionar Gondomar naquilo que é a Área Metropolitana e naquilo que é o País. -----

----- E digo também, Senhores Deputados, para terminar, que é importante que olhem para alguns números, porque é importante que percebam e, aliás, na minha mensagem

sublinho isso que, cerca de 9 milhões de euros são gastos naquilo que é a limpeza e o tratamento de resíduos: na recolha de lixo, limpeza e entrega à LIPOR; quase 11 milhões de euros serão gastos no Serviço da Dívida e somem o que este Executivo tem despendido, em sete anos, naquilo que é serviço da dívida, se não tivesse feito então se calhar sim, era uma maravilha os impostos estarem no mínimo e era uma maravilha haver ruas e tapetes e pedras por todo o lado como aqui foi dito.-----

----- Senhores Deputados, é o nosso Orçamento, é a nossa opção política e é aquilo que achamos convictamente que vai de encontro a Gondomar. -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU): Leu e entregou Declaração de Voto, relativa ao ponto 3.2. b),, que adiante segue.-----



DECLARAÇÃO DE VOTO

Taxa de participação no IRS para os rendimentos de 2021

Apesar de continuarmos a considerar que não faz qualquer sentido que o Governo permita, quanto a este imposto em concreto, que cada concelho decida conforme entenda, ao sabor da vontade política dos seus órgãos, entendemos aprovar a proposta da Câmara Municipal sobre a fixação da taxa de participação no IRS em 5% para os rendimentos de 2021, porque esta taxa não acarreta qualquer oneração para a grande maioria dos contribuintes de baixos rendimentos que estão isentos de IRS.

Assim, o voto da CDU é a Favor.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 3 de dezembro de 2020

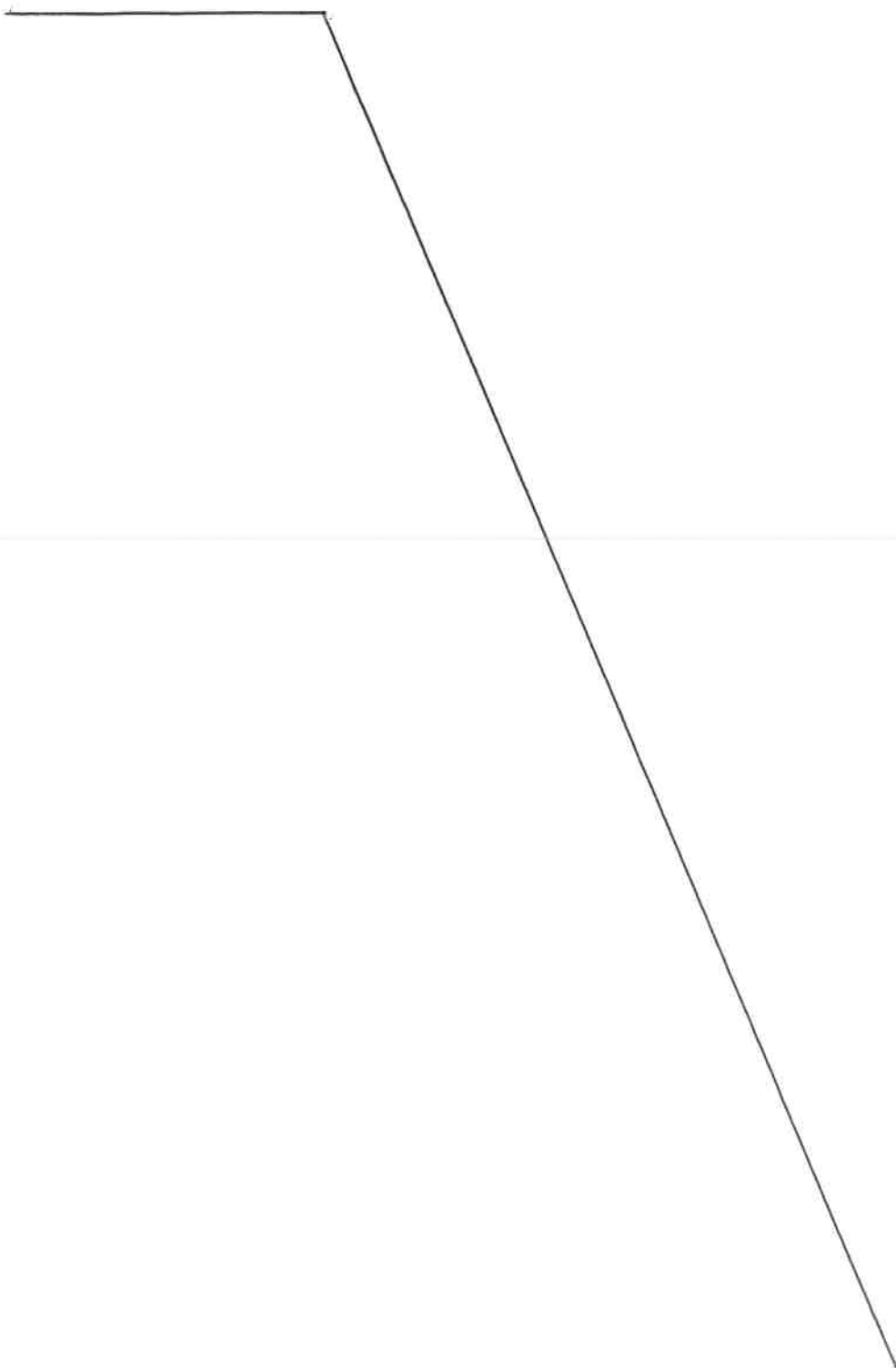
P/ O Grupo Municipal da CDU,

03. DEZ 2020



Assembleia Municipal

----- JOÃO PEDRO SILVA (BE): Leu e entregou documento, relativa ao ponto 3.2. a), que
adiante segue. -----





Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gondomar

03. DEZ 2020

Posição do Bloco de Esquerda sobre a

Proposta de fixação das taxas do IMI para o ano 2021

O imposto municipal sobre imóveis (IMI) é uma das principais receitas dos municípios. O montante recebido pelas autarquias de todo o país cresceu 50% nos últimos 10 anos, atingindo mais de 1,5 mil milhões de euros em 2018.

Como é sabido, e para além da nova redação da Lei das Finanças Locais, a fixação das taxas do IMI é também regulada pelo artº 44º do EBF (Estatuto dos Benefícios Fiscais) e pelo artº 112º do Código do IMI. Os benefícios fiscais relativos a bens imóveis atribuem **isenções** de IMI a um largo conjunto de entidades (quanto aos prédios ou parte de prédios destinados directamente à realização dos seus fins), Mas se as disposições do EBF são imperativas, já quanto ao artº 112º do CIMI as autarquias têm vasta possibilidade de ajustar as taxas de IMI aos objectivos definidos para determinada área territorial.

Em concreto, com o nº 7 do artº 112º do Código do IMI os municípios podem fixar uma **redução** das taxas de IMI **por freguesias ou zonas delimitadas de freguesias**, podendo desta forma fomentar o arrendamento ou incentivar o crescimento populacional em certas áreas do concelho ou ainda melhorar a situação social de territórios mais deprimidos.

Ora o Executivo camarário em vez de utilizar os mecanismos diferenciadores que a legislação permite, em vez de fazer um trabalho mais aprofundado, estabelece duas taxas de IMI para 2 conjuntos de freguesias, criando situações de enorme injustiça fiscal (e social) ao fixar para prédios com grande VPT (valor patrimonial tributário) taxas de IMI muito baixas, apenas porque se situam em certas freguesias do concelho.

Perante tal injustiça fiscal e social, votaremos contra

O grupo municipal do Bloco de Esquerda,

----- VITOR GUERRA (VALENTIM): Há uma questão que, para começar, queremos dar os parabéns à Câmara Municipal pela alteração que houve ao nível da Derrama, situação que o Grupo do Valentim Loureiro considera muito positiva. Quanto ao Direito Municipal de Passagem, como já tem sido nos outros anos, também iremos votar favoravelmente; a Taxa de Participação do IRS, aparentemente, não houve nenhuma alteração e, no ano passado, até houve redução.-----

----- A nossa divergência continua a ser a nível do IMI que entendemos que se deveria regressar às taxas do anterior mandato, isto é, a situação económica e social do Concelho e de muitos proprietários deste Concelho deveria ser tida em conta num ano excecional em que, como o Senhor Presidente disse e muito bem, a necessidade do Apoio Social implica que os proprietários não sejam onerados excessivamente com impostos.-----

----- NUNO SANTOS (CDU): A CDU votará favoravelmente porque se verifica uma evolução positiva, em relação ao lançamento da Derrama para o ano 2021, face a anos anteriores, a redução das taxas para empresas com volume de negócios igual ou superior a 150 mil euros, a isenção da Derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros. Esta é uma proposta que corresponde a uma das reivindicações da CDU e que significa um contributo para o esforço de muitas pequenas e médias empresas que estão a fazer por ultrapassar as dificuldades agravadas pela Pandemia.-----

----- Temos sugerido também para tentar aumentar o emprego e também dinamizar um bocado o emprego em Gondomar, propostas para que a Taxa da Derrama a aplicar fosse reduzida em 20% nas empresas que criam um novo posto de trabalho; 30% para dois novos

03. DEZ 2020

postos de trabalho e 50% para três ou mais novos postos de trabalho, no ano de exercício a que se refere o IRC. Esta proposta seria orçamentalmente viável e poderia constituir um estímulo para o apoio do emprego em muitas micro, pequenas e médias empresas de Gondomar que é parte significativa do nosso tecido empresarial.-----

----- ANÍBAL LIRA: Eu vou propor o seguinte, nós marcamos uma Assembleia Extraordinária ou uma continuação desta Assembleia, conforme o que a lei permitir, porque porventura amanhã pode haver deputados que não poderão estar presentes e, portanto, marcava-se para a próxima semana, iniciando com a intervenção dos deputados que estão agora inscritos e com a mesma Ordem de Trabalhos, para tentarmos cumprir e não sermos chamados à atenção de estarmos a circular na via pública depois das 23 horas, se estiverem de acordo. Os funcionários não trabalham na segunda-feira e na terça-feira, portanto serão avisados de quando irá ter lugar a continuação da Assembleia, que não fica já marcada, mas será sempre a partir da quarta-feira. -----

----- Às 22 horas e 45 minutos, do dia 03 de dezembro de 2020, foi suspensa a sessão, continuando a mesma em reunião, a convocar a partir de quarta-feira da próxima semana em dia e hora a indicar. -----

O PRESIDENTE DA MESA,



O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,

